

**A gota d'água que irrompe da tensão entre público e privado:  
a ameaça de expulsão do correspondente Larry Rohter, do *New York Times***

Ivan PAGANOTTI<sup>1</sup>

**Resumo**

O artigo analisa a ameaça de expulsão do correspondente internacional Larry Rohter, do jornal *The New York Times*, após publicar texto sobre excessos no consumo de álcool do presidente Luis Inácio Lula da Silva, em 2004. Partindo de temas identificados com a imagem brasileira (como pobreza, corrupção, subdesenvolvimento e excessos carnavalescos), a reportagem simboliza uma colisão entre valores de abertura e transparência com o respeito à autoridade e privacidade. A resposta desproporcional do governo brasileiro, que ameaçava cercear a liberdade de imprensa, revela a disputa por um campo de poder de vigilância que determina quais desvios devem ser controlados, e por quem: sejam excessos éticos do presidente, vigiados pelo correspondente, ou a crítica excessiva do jornalista, que suscitou a ameaça de sua expulsão pelo governo.

**Palavras-chave:** Jornalismo. Correspondentes internacionais. Liberdade de imprensa.

**Abstract**

This work analyzes the threat to expel *The New York Times* foreign correspondent Larry Rohter, after printing an article on the excessive alcohol consumption by Brazilian president Luis Inácio Lula da Silva in 2004. Based on themes identified with Brazilian image (such as poverty, corruption, underdevelopment and Carnival), the report symbolizes a collision between values of openness and transparency against the respect of authority and privacy. The disproportional response of the Brazilian government, which threatened to control its free press, reveals a dispute for a field with disciplinary power to determine which deviant conducts should be controlled, and by whom: in one hand, the excessive alcohol consumption by the president, treated by the journalist; in the other, the correspondent excessive criticism, threatened by the government.

**Keywords:** Journalism. Foreign correspondents. Free press.

---

<sup>1</sup> Doutorando em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (PPGCOM-ECA-USP). Membro do Núcleo de Pesquisas em Comunicação e Censura (NPCC-USP) e do Grupo de Estudos Midiato-USP. E-mail: ivanpaganotti@gmail.com

## Introdução

Uma infeliz – mas talvez inevitável – colisão de práticas culturais contraditórias colocou em choque as já abaladas relações entre a imprensa e o governo brasileiro após a publicação, em 2004, de uma reportagem do correspondente internacional norte-americano Larry Rohter, do jornal *The New York Times*, sobre a suposta preocupação nacional com o abuso de bebidas alcoólicas do presidente Luis Inácio Lula da Silva. A reportagem “*Brazilian Leader's Tipping Becomes National Concern*”<sup>2</sup> colocou em evidência os conflitos entre valores de abertura e transparência pública (exigidos pela imprensa e, particularmente, pela origem cultural norte-americana do correspondente) e de respeito à autoridade e ao espaço privado (demandados pelo governo brasileiro e enraizados na cultura latino-americana). Para poder compreender esse caso e as engrenagens que colocaram em rota de colisão a imprensa e o governo brasileiro, entretanto, não basta somente analisar o artigo em si e a repercussão do caso na mídia – é preciso também considerar a inserção dessa reportagem dentro da cobertura de quase uma década de Rohter no Brasil e seu recorrente uso de imagens estereotipadas sobre o país (PAGANOTTI, 2011):

Luiz Inácio Lula da Silva has never hidden his fondness for a glass of beer, a shot of whiskey or, even better, a slug of cachaça, Brazil's potent sugar-cane liquor. But some of his countrymen have begun wondering if their president's predilection for strong drink is affecting his performance in office. In recent months, Mr. da Silva's left-leaning government has been assailed by one crisis after another, ranging from a corruption scandal to the failure of crucial social programs. The president has often stayed out of the public eye and left his advisers to do most of the heavy lifting. That has spurred speculation that his apparent disengagement and passivity may somehow be related to his appetite for alcohol. His supporters, however, deny reports of heavy drinking.<sup>3</sup>

<sup>2</sup> ROHTER, Larry. “Brazilian Leader's Tipping Becomes National Concern”. *The New York Times*. 09/04/2004. Tradução (*Folha de S. Paulo*, 09/05/2004): “Hábito de bebericar do presidente vira preocupação nacional”. Disponível em: <http://feeds.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0905200405.htm> [Acessado em 13 ago. 2012]. Todas as traduções a seguir desse texto seguem a proposta pela *Folha*.

<sup>3</sup> Id., *ibid.* Tradução: “O presidente Luiz Inácio Lula da Silva nunca escondeu sua inclinação por um copo de cerveja, uma dose de uísque ou, melhor ainda, um copinho de cachaça, o potente destilado brasileiro feito de cana-de-açúcar. Mas alguns de seus conterrâneos começam a se perguntar se sua preferência por bebidas fortes não está afetando sua performance no cargo. Nos últimos meses, o governo esquerdista de Da Silva tem sido assaltado por uma crise depois da outra, de escândalos de corrupção ao fracasso de programas sociais cruciais. O presidente tem ficado longe do alcance público nesses casos e tem deixado

Os parágrafos iniciais do artigo de Rohter seguem alguns dos estereótipos e representações comumente atreladas ao imaginário brasileiro, como a cachaça, além de representações sociais (MOSCOVICI, 2007; PAGANOTTI, 2011), como a “corrupção”, a “incompetência” inerente à falha dos programas sociais, e o efeito da bebida na “performance” de Lula como presidente. Também lembram elementos como o da “malandragem”, ao mostrar como o presidente usa seus assessores para fazer o “trabalho pesado” no seu lugar. Ou seja, desde os dois primeiros parágrafos, as expectativas prévias sobre algumas das piores imagens brasileiras, amplamente divulgadas internacionalmente, já ecoam no artigo de Rohter para facilitar o reconhecimento de seu público estrangeiro, intermediando a absorção desse fato específico por meio do eco de outras ideias pré-concebidas.

Além de sua motivação incerta – o texto não deixa muito claro um “fato” palpável que justifique sua publicação nesse momento, ou seja, qual é a sua atualidade<sup>4</sup> – a argumentação, altamente especulativa, baseia-se no ponto fraco dessa reportagem: as declarações indiretas (em *off*). Sua apuração é construída em poucas fontes na mídia, como Diogo Mainardi, da *Veja*, o blogueiro Cláudio Humberto, relatos de gafes suspeitas, piadas populares e uma declaração de Leonel Brizola para embasar a visão de que a passividade de Lula e as crises que seu governo enfrentava podem “talvez ser relacionadas” ao álcool:

Leonel Brizola (...) now worries that the president is “destroying the neurons in his brain.” “When I was Lula's vice-presidential candidate, he drank a lot,” Mr. Brizola, now a critic of the government, said in a recent speech. “I alerted him that distilled beverages are dangerous. But he didn't listen to me, and according to what is said, continues to

---

seus assessores encarregarem-se da maior parte do levantamento de peso. Essa atitude tem levantado especulação sobre se o seu aparente desengajamento e passividade podem de alguma forma estar relacionados a seu apetite por álcool. Seus apoiadores, entretanto, negam as acusações de excesso de bebida.”

<sup>4</sup> Posteriormente, Rohter apontou uma coluna de Miriam Leitão, no *Globo*, mencionando gafes de Lula com o abuso de uísque, como o gatilho da publicação de sua reportagem (ROHTER, 2008, p.179). Entretanto, o correspondente já apurava os abusos de Lula, entrevistando mais de “vinte fontes” que não autorizaram a divulgação de seus nomes (Id., *ibid.*, p.178), depois que “um ex-presidente” não identificado afirmou para “dois amigos” brasileiros de Rohter sua preocupação de que “Lula anda bebendo de novo” (Id., *ibid.*, p.177). Ainda segundo o correspondente, meses depois da polêmica publicação, um “membro do Congresso” agradeceu a matéria: “graças à tua matéria, ficou mais fácil de dar uma controlada nele. Agora ele sabe que está sempre sendo observado”. (ROHTER, 2008, p.192)



drink.” During an interview in Rio de Janeiro in mid-April, Mr. Brizola elaborated on the concerns he expressed to Mr. da Silva and which he said went unheeded. “I told him ‘Lula, I’m your friend and comrade, and you’ve got to get hold of this thing and control it,’” he recalled.<sup>5</sup>

Baseado no que é dito [*what is said*] e nas fotos em que é retratado como “bleary-eyed or ruddy-faced” [“olhos avermelhados e as bochechas coradas”], o correspondente não pode *justificar* seu relato com provas e declarações de outras fontes, visto que nenhum dos entrevistados além de Brizola permitiu a divulgação de seus nomes, e o Planalto se recusava a comentar o caso. Na falta de maiores justificativas, Rohter busca então marcar uma *explicação* das raízes da bebedeira na trajetória pessoal de Lula e na história brasileira:

Mr. da Silva, a 58-year-old former lathe operator, has shown himself to be a man of strong appetites and impulses, which contributes to his popular appeal. With a mixture of sympathy and amusement, Brazilians have watched his efforts to try not to smoke in public, his flirtations at public events with attractive actresses and his continuing battle to avoid the fatty foods that made his weight balloon shortly after he took office in January 2003. (...) Historically, Brazilians have reason to be concerned at any sign of heavy drinking by their presidents. Jânio Quadros, elected in 1960, was a notorious tippler who once boasted, “I drink because it’s liquid”; his unexpected resignation, after less than a year in office during what was reported to be a marathon binge, initiated a period of political instability that led to a coup in 1964 and 20 years of a harsh military dictatorship. (...) Mr. da Silva was born into a poor family in one of the country’s poorest states and spent years leading labor unions, a famously hard-drinking environment. Brazilian press accounts have repeatedly described the president’s father, Aristides, whom he barely knew and who died in 1978, as an alcoholic who abused his children.<sup>6</sup>

---

<sup>5</sup> ROHTER, Larry. “Brazilian Leader’s Tippling Becomes National Concern”. *The New York Times*. 09/04/2004. Tradução: “Leonel Brizola (...) agora está preocupado que o presidente esteja “destruindo os neurônios de seu cérebro”. “Quando eu fui candidato a vice-presidente de Lula, ele bebia muito”, disse Brizola, agora um crítico do governo, em um discurso recente. “Eu o avisei que bebidas destiladas são perigosas. Mas ele não me escutou e, de acordo com que estão dizendo, continua a beber.” Durante uma entrevista no Rio de Janeiro em meados de abril, Brizola argumentou sobre a preocupação que ele havia expressado a Da Silva e que o que ele dissera ter sido desconsiderado. “Eu disse a ele: “Lula, eu sou seu amigo e camarada, e você precisa controlar isso”, ele lembra.”

<sup>6</sup> Id., *ibid.* Tradução: “Da Silva, um metalúrgico de 58 anos, mostrou ser um homem de apetites e impulsos fortes, o que contribuiu para seu apelo popular. Com um misto de paixão e simpatia, os brasileiros têm assistido a seus esforços para não fumar em público, a seus flertes com atrizes em eventos públicos e à sua batalha contínua para evitar comidas gordurosas - que fizeram seu peso aumentar muito em pouco tempo desde que assumiu o cargo em janeiro de 2003. (...) Historicamente, os brasileiros têm razão para estarem preocupados com sinais de hábitos de abuso do álcool de seus presidentes. Jânio

Em primeiro lugar, os hábitos alcoólicos de Lula seriam explicados – porém não justificados – pela sua origem humilde, que reflete, mais uma vez, o imaginário sobre o Brasil da “pobreza”. Como um reflexo hereditário do vício de seu pai abusivo, o determinismo do seu berço foi reforçado, posteriormente, pelo convívio sindical em um “ambiente famoso pelo abuso de bebidas”. Em segundo lugar, a reportagem também ecoa imagens de excessos “exóticos” que mesclam “simpatia e interesse” e lembram muito dos “impulsos e apetites” pelos abusos carnais “carnavalescos” bakhtinianos (BAKHTIN, 2008, p. 171-236), assim como o “flerte público com atrizes atraentes” retoma indiretamente a imagem da “sensualidade” ao qual Lula sucumbiria tanto como (ou devido) ao álcool.

A última contextualização apresenta as origens históricas do problema no Brasil, mostrando que a questão tem verossimilhança e que os ecos passados justificam o receio atual, visto que os 20 anos de ditadura militar seriam direta consequência – na simplificação da versão de Rohter – de uma maratona de bebedeira de Jânio.

Aparentemente, nem uma possível falta de veracidade desclassificaria a notícia, visto que o comentário é justificado pela sua própria suspeita: “whether or not Mr. da Silva really has a drinking problem, the issue has seeped into the public consciousness and become the subject of gibes”<sup>7</sup>.

Provavelmente um dos caminhos mais férteis para criticar a reportagem de Rohter já está sugerido no próprio artigo publicado pelo correspondente. Além de posicionar a visão oficial do porta-voz presidencial de que as especulações resultavam de “a mixture of prejudice, misinformation and bad faith”<sup>8</sup>, Rohter aponta uma defesa de Lula a partir da fala de alguns de seus “apoiadores” e de colunistas brasileiros:

---

Quadros, eleito em 1960, foi um bebedor manifesto que um dia declarou: “Bebo porque é líquido”. Sua inesperada renúncia, menos de um mês após ter assumido - período considerado uma maratona de excessos- iniciou um período de instabilidade política que levou a um golpe de Estado, em 1964, e a 20 anos de uma rígida ditadura militar. (...) Da Silva nasceu em uma família pobre, num dos Estados mais pobres do país e passou anos liderando sindicatos de trabalhadores, um ambiente famoso pelo alto consumo de álcool. Relatos da imprensa brasileira têm repetidamente descrito o pai do presidente, Aristides – o qual ele pouco conheceu e morreu em 1978- como um alcoólatra que maltratava suas crianças.”

<sup>7</sup> Id., ibid. Tradução: “Independentemente se Da Silva tem um problema com bebida ou não, o tema tem se infiltrado na consciência pública e se tornado alvo de piadas.”

<sup>8</sup> Id., ibid. Tradução: “uma mistura de preconceito, falta de informações e má-fé”.





Mr. da Silva's staff and supporters respond that such slips are only occasional, are to be expected from a man who likes to speak off the cuff and have nothing to do with his consumption of alcohol, which they describe as moderate in any case. As they see it, he is being held to a different and unfair standard than that of his predecessors because he is Brazil's first working-class president and received only a sixth-grade education. "Anyone who has been at a formal or informal reception in Brasília has witnessed presidents sipping a shot of whiskey," the columnist Ali Kamel wrote in the Rio de Janeiro daily *O Globo* recently. "But you'll have read nothing in that respect about other presidents, just about Lula. That smacks of prejudice."<sup>9</sup>

Por mais que o papel de vítima tenha sido explorado à exaustão por Lula, a análise dos estereótipos e pré-concepções proposta por este artigo aponta que muito da crítica de Rohter pode não ser originada, mas é sustentada, principalmente nas piadas populares, pelo “preconceito” criticado por Kamel.

## **1 Ameaça de expulsão: análise da fundamentação jurídica**

A repercussão midiática que se seguiu à publicação da reportagem do *NYT* foi extremamente negativa: mesmo que tenham reproduzido o relato de Rohter como uma forma de indiretamente criticar o governo Lula, alguns veículos de comunicação apontaram limitações no trabalho de apuração de Rohter, e conflitos sobre se o tema era ou não pertinente. O ombudsman Marcelo Beraba, da *Folha de S.Paulo* – diário que publicou a reportagem de Rohter analisada anteriormente – destaca as falhas de apuração da “recortagem” de Rohter, mas critica a resposta desproporcional, truculenta e autoritária do governo; Beraba, entretanto, sustenta que a publicação e a investigação de um evento tão próximo da esfera privada de Lula seria justificável (BERABA, 2004). Essa última defesa se aproxima à justificativa adotada pelo próprio Rohter, ao explicar que “repórteres americanos são ensinados que qualquer coisa que possa afetar o

---

<sup>9</sup> Id., *ibid.* Tradução: “A equipe de Da Silva e seus simpatizantes respondem que esses escorregões são apenas ocasionais e previsíveis para alguém que gosta de falar de improviso e não tem nada a ver com seu consumo de álcool, que eles descrevem como sempre moderado. Para eles, Da Silva é visto de um padrão diferente - e injusto- com relação a seus antecessores porque ele é o primeiro presidente brasileiro vindo da classe trabalhadora e estudou apenas até a quinta série. "Qualquer um que já tenha estado em recepções formais ou informais em Brasília testemunhou presidentes bebericando uma dose de uísque", escreveu recentemente o colunista Ali Kamel, no diário carioca "O Globo". "Mas sobre o fato nada se leu a respeito dos outros presidentes, somente de Lula. Isso cheira a preconceito.””



desempenho no cargo de um servidor público é relevante, e portanto um tema legítimo para investigação e cobertura” (ROHTER, 2008, p. 176).

Também a reação do governo, a ameaça de não-renovação do visto do repórter, foi retratada como a expulsão autoritária de um correspondente incômodo e ainda pessoalmente cruel, visto que Rohter tinha mulher e filhos brasileiros. Muito se criticou também a “expulsão”, uma prática comum nas ditaduras latino-americanas. No Brasil, a prática é regulamentada pela Lei 6.815/80, que determina a retirada do território nacional, de acordo com o desejo presidencial, de um estrangeiro que tenha cometido um crime ou um comportamento nocivo aos interesses nacionais (RIBEIRO, 2005, p. 264). Em uma Nota Oficial de 11/05/2004, o Ministério da Justiça justificou o “cancelamento do visto temporário” de Rohter devido a sua “reportagem leviana, mentirosa e ofensiva à honra do Presidente da República do Brasil, com grave prejuízo à imagem do país no exterior”, classificando como “inconveniente a presença em território nacional” do correspondente (Id., *ibid.*).

A ameaça de expulsão é abordada, no livro de Rohter (2008, pp. 162-199) sobre seu período como correspondente no Brasil, como uma retaliação na medida exata: se a vida privada do presidente foi levada a público, o repórter responsável por essa cobertura deveria perder sua própria esfera privada no Brasil (seria expulso, mesmo tendo família no Rio de Janeiro) e, com isso, ficaria incapaz de publicar seus textos como correspondente para o jornal. A medida foi abandonada depois que o governo considerou a solicitação de Rohter para renovar sua permanência no Brasil como um pedido de desculpas e retratação, o que o correspondente, seu jornal e a vasta maioria da imprensa negaram na época (ROHTER, 2008, pp. 187-188):

(...) II - Das razões para a reconsideração

5 - O requerente é jornalista do conceituado jornal "NYT" desde 1984, tendo sido designado para trabalhar no Brasil em razão de sua excelência profissional. Dita excelência é corroborada pela aceitação e reconhecimento sempre demonstrados pela empresa jornalística onde trabalha, e pelo reconhecimento de expressivos representantes da classe, tendo o requerente sido merecedor do prêmio "Embratel", concedido em 2003, por ter sido o correspondente estrangeiro que melhor desempenhou suas atividades no exterior sobre assuntos brasileiros. O requerente igualmente foi agraciado pelo prêmio Maria Moors Cabot, no ano de 1998, que é o maior prêmio existente nos



Estados Unidos para os jornalistas em exercício profissional na América Latina.

6 - O requerente desenvolve suas atividades profissionais de jornalista, acompanhando e divulgando notícias sobre o Brasil e demais países da América Latina há praticamente 32 anos, inicialmente como jornalista da sucursal da Rede Globo em Nova York, após como correspondente da revista "Newsweek" e, por fim nos últimos cinco anos, como correspondente do "NYT". Nesse período, o requerente enviou incontáveis matérias sobre o Brasil, nas mais diversas áreas, quer sejam políticas, econômicas, sociais e culturais. Apenas nos últimos cinco anos, cerca de 300 matérias do requerente divulgadas no exterior pelo "NYT".

7 - A respeito do que menciona o artigo em questão, o requerente declara jamais ter tido a intenção de ofender a honra do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, o que já pôde até mesmo entrevistar em algumas ocasiões, e reafirma seu grande afeto pelo Brasil e seu profundo respeito às instituições democráticas brasileiras, incluindo a da Presidência da República. Na opinião do requerente, o artigo limita-se a veicular comentários, não contendo nenhum juízo de valor do próprio requerente, que de todo modo reitera que o texto não foi escrito para ofender o sr. presidente, embora as repercussões e polêmicas posteriores à reportagem possam ter lhe causado constrangimento, os quais o requerente lamenta.

8 - Por fim, o requerente manifesta sua preocupação, por entender que a versão do seu texto para o português não é fidedigna, o que pode ter causado a ampliação do mal entendido. (...) <sup>10</sup>

Para além das justificativas com as premiações e o reconhecimento da “excelência” de Rohter pelo “conceituado” diário norte-americano, a avaliação dos pontos centrais desse documento jurídico, entretanto, mostra que a escolha de palavras ambíguas foi suficiente para “costurar” um acordo favorável tanto a Rohter quanto ao governo. Se, por um lado, Rohter continuou no país e não precisou retratar nem uma informação de sua notícia, como diversas vezes os advogados do *NYT* sustentavam <sup>11</sup>, o governo conseguiu retirar do correspondente um “lamento”. Obviamente, esse “lamento” não envolvia os métodos da reportagem, que nem foram mencionados na solicitação, muito menos os objetivos do artigo, visto que a declaração só nega a acusação inicial do governo de que o objetivo era “ofender”. O único motivo de “lamento” para Rohter era o “constrangimento” de Lula resultante da publicação do

<sup>10</sup> FOLHA ONLINE. “Veja a íntegra do pedido de reconsideração do jornalista do ‘NYT’”. 14/05/2004. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u60870.shtml>

<sup>11</sup> “The New York Times said that it believed Mr. Rohter's reporting was accurate and that it would oppose the move to expel him” [“O New York Times afirma que acredita que a reportagem do Sr. Rohter foi precisa e que se opõe à sua expulsão”]. HOGE, Warren; BENSON, Todd. “Reporter's Expulsion Brings Mounting Criticism in Brazil” *The New York Times*, 13/05/04.





relato, complicada também por supostos “problemas de tradução”. Assim, o presidente podia se vangloriar pelo “lamento” do correspondente, enquanto o repórter pode até hoje afirmar que não se dobrou ante a exigência de uma retificação, nem escreveu um pedido de desculpas.

Com a escolha cuidadosa de palavras ambíguas, ficam escamoteadas as dissonâncias, entre os dois lados, num acordo político. Da mesma forma, debater se a bebedeira presidencial deveria ser uma questão levada a público ou permanecer restrita à esfera privada suspende, momentaneamente, outro problema mais grave que será retomado na conclusão deste artigo: Rohter não questiona mais o governo quanto à adequação política de sua punição privada (com a perda do seu visto) por uma acusação pública (devido às suas “ofensas” à imagem do Brasil e do seu presidente).

## **2 Forças centrípetas da esfera particular no debate público centrífugo**

Uma das principais diferenças que dividem a esfera privada da pública é a visibilidade das ações: alguns gestos podem e devem ser executados no espaço comum, enquanto outras atitudes só podem se restringir ao espaço diferenciado do que é próprio ao indivíduo no seu lar; “o significado mais elementar das duas esferas indica que há coisas que devem ser ocultadas e outras que necessitam ser expostas” (ARENDDT, 1981, p. 84). Entre as ações que pertencem ao espaço público encontra-se o debate político, a participação em eventos coletivos na *ágora* e o governo do bem público. Do outro lado, entre as atividades particulares, restringem-se o gerenciamento da casa, as divisões de papéis entre os membros da família e as atividades necessárias para a sobrevivência dos indivíduos (como sua alimentação e seu abrigo).

Atualmente, a distinção entre o que pode ser exposto publicamente e o que deve ser oculto particularmente sofreu uma inversão. Na esfera midiática, repercute e ecoa a fome de visibilidade, tanto um desejo para ver o que outros fazem quanto também uma vontade de produzir atos para serem vistos por outros. Charaudeau (2006, pp. 117-8) lembra que “a diferença entre o privado e o público não deve se conceber como uma oposição fixa, mas como um duplo movimento centrífugo e centrípeto que faz com que um se deixe invadir pelo outro”.



A polêmica após a reportagem de Rohter sobre a bebedeira de Lula segue um tipo em particular desse entrelaçamento delimitado por Charaudeau: a publicação pelos veículos de comunicação de massa de reportagens sobre os problemas da vida privada de governantes responsáveis pela administração pública. Nesses casos, a fronteira entre público e privado é cruzada diversas vezes: um evento que se passa na vida particular de uma liderança da esfera pública atinge a esfera pública por meio de um veículo com interesses particulares nessa publicação, e é consumida por um vasto público em seu ambiente também privado.

Bucci, ao comentar uma lista dos sete “pecados capitais da imprensa”<sup>12</sup> construída pelo historiador Paul Johnson, analisa a dificuldade de definição do terceiro pecado capital, o da “invasão da privacidade”:

[Diz Johnson:] “Por mais privilegiados que sejam, como a realeza, por mais bem-sucedidos, como os astros do cinema e da música, por mais poderosos, como os chefes de governo, ou ricos e comemorados, todos precisam de alguma privacidade”. Nada contra esse preceito geral. Mas se ele é válido, o problema passa a ser de outra ordem: quem é que arbitra o domínio privado a ser mantido em sigilo – a celebridade ou a imprensa? A única resposta possível passa pela administração, responsável e consciente, que cada um é capaz de imprimir à sua própria vida privada, mantendo claros os muros sobre sua própria intimidade *o tempo todo* (BUCCI, 2000, p. 150).

A saída, para Bucci, seria então o auto-controle sobre a vida privada, para que ela não possa chegar ao público, e não a definição pública (seja pela legislação, que protege a privacidade, seja pela responsabilidade dos jornalistas) de limites desejáveis a essa invasão de privacidade indesejada, ao menos nos casos de celebridades que exploram a sua própria visibilidade pública para ganhos privados. Já Gomes aponta que o interesse público comum deve proteger a privacidade da curiosidade alheia, e essa visão é embasada tanto em sua análise da Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, quanto do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros:

---

<sup>12</sup> Os pecados de Paul Johnson são, em ordem crescente, a “distorção, deliberada ou inadvertida”, o “culto das falsas imagens”, a “invasão da privacidade”, o “assassinato de reputação”, a “superexploração do sexo”, o “envenenamento das mentes das crianças” e o “abuso de poder”. (JOHNSON apud BUCCI, 2000, p. 131).



Sob a ótica da lei, a defesa da autonomia no âmbito privado acompanha o nascimento do Estado de Direito e a progressiva aquisição dos direitos civis. [...] O âmbito privado só merece exploração e é sujeito a julgamento público, sob o ponto de vista moral, quando justamente cruzar-se com questões de interesse público. (GOMES, 2002, p. 52)

Ainda assim, é difícil “arbitrar”, como colocado por Bucci (2000, p. 150), onde começa esse “interesse público”. Gomes o opõe ao “interesse do público”, pois “por interesse público entende-se aqui o benefício auferido com a informação, e não simplesmente seu desfrute com a curiosidade alimentada” (GOMES, 2002, p. 53).

### **Conclusão: crítica aos desvios e disputa pelo espaço de ordenação**

O próprio fato de um meio de comunicação “trazer à visibilidade” o que antes podia ser oculto – como os hábitos étlicos presidenciais – já é uma tentativa de *ordenar*, ou *disciplinar*: é “a educação da visão pela determinação do visível”, nas palavras de Gomes (2003, p. 75). O controle pelo medo da visibilidade do que é feito na esfera privada é resultado da sociedade de vigilância, disciplina e controle discutida por Foucault (1987). Essa estratégia de controle também é parte da função vigilante do jornalismo, que atua “como guardião do papel do Estado em sua parte do acordo paralelamente a uma vigília sobre as igualdades sociais” (GOMES, 2002, p. 49), ou seja, como um processo *ordenador* que tenta controlar *desvios* também em outras instituições públicas.

A questão central na avaliação da polêmica do caso Rohter não envolve simplesmente definir se o consumo de bebidas alcoólicas pelo presidente da república pode ser classificado como um fato de interesse público, ou se a publicação dessa informação só pretende alimentar a curiosidade da audiência, configurando-se em uma invasão à privacidade do indivíduo que ocupa esse cargo. Tampouco seria frutífero discutir somente questões técnicas, como definir a partir de que ponto esse consumo deve ou não ser “preocupante”, ou seja, alvo de interesse público, ou limitar a análise a saber se Rohter amparou seu relato em fontes suficientes ou somente em boatos infundados. Essas são questões tangenciais, que mascaram um problema mais crucial, que supera esse caso específico: quais são os mecanismos que ancoram os dois lados em



disputa (nesse caso, a imprensa e o governo) no conflito para privilegiar/limitar o que deve ser foco/oculto da atenção do debate público?

Outra reportagem do correspondente do *New York Times* pode ajudar a sinalizar um primeiro passo para iluminar essa questão. Em setembro de 2004, poucos meses depois da ameaça de expulsão, Rohter retoma suas críticas contra o governo Lula ao tratar do Conselho de Jornalistas, um tema próximo da sua polêmica expulsão: “News organizations that would be affected by the bill call it the most serious threat to freedom of expression here since a right-wing military dictatorship was toppled two decades ago”<sup>13</sup>. Rohter enumera uma série de atritos entre o governo e a mídia local, como a criação da Ancine e as denúncias de corrupção – mas nem mesmo cita sua própria ameaça de expulsão, um tabu aparentemente indecifrável, ainda mais se considerando a proximidade temática e temporal entre os eventos.

Ainda que a matéria trate de atritos e regulamentações da mídia nacional, a ausência completa de registros de seu próprio conflito com o governo brasileiro causa estranhamento, mas pode ser compreendida dentro do quadro sugerido anteriormente. Rohter precisa escolher um lado: ou seus relatos continuam a trazer à luz as facetas da ordem social brasileira que não se encaixam na ordenação esperada, ou ele mesmo voltará a ficar sob os holofotes vigilantes que caçam os seus desvios. Voltar a vigilância de seu aparelho ordenador contra si mesmo, num espelho reflexivo, abriria uma brecha na legitimidade de seus relatos que ofuscaria a sua própria visão e revelaria demasiadamente a si mesmo aos olhos dos que deveriam ser os alvos de seus julgamentos, e não os seus juízes.

Para compreender esse paradoxo, é preciso comparar a proximidade entre as fundamentações dos atritos entre Rohter e Lula e a mecânica interna de toda a sua cobertura sobre o Brasil, que critica desvios políticos relacionando-os a imagens comumente atreladas à nação, como a representação de um país/povo “pobre”, “incompetente”, “corrupto” ou “carnavalesco” como visto anteriormente. O conflito

---

<sup>13</sup> ROHTER, Larry. “Plan to Tame Journalists Just Stirs Them Up in Brazil”. *The New York Times*. 06/09/2004. Tradução livre do autor: “Organizações da imprensa que seriam afetadas pelo projeto consideram a proposta como a mais séria ameaça à liberdade de expressão aqui desde a ditadura militar de direita que terminou duas décadas atrás.”



entre o governo e a imprensa (não só no caso de Rohter, mas de modo mais amplo) segue esse mesmo mecanismo.

Por um lado, para os jornalistas como Rohter, o desvio na conduta de Lula, representado pelas suas “bebedeiras”, impedia sua atividade de ordenação no cargo presidencial. Para justificar sua crítica, visto que não seria possível prová-la, sua reportagem baseia-se em expectativas avaliativas, como a visão norte-americana sobre a “publicidade” dos fatos que afetem os ocupantes de cargos públicos, além de imagens prévias, como o imaginário de pobreza, corrupção, além dos excessos exótico-carnavalescos e da visão de que o Brasil não é um país sério. Assim, para evidenciar o *desvio* e *cobrar uma ordenação*, o correspondente baseia-se em imagens da *ordem social* brasileira para sustentar sua interpretação.

Por outro lado, o governo Lula segue esse mesmo mecanismo ao censurar como um desvio a ofensa de Rohter contra a presidência e a reputação do Brasil, considerando que essa ruptura impediria sua atividade de ordenação como correspondente internacional do *NYT*. Para justificar a ordem de expulsão, o governo apóia-se em expectativas avaliativas, como a visão brasileira sobre o respeito à esfera particular e o ideário sobre o controle da mídia, forte entre setores do PT, incluindo o imaginário brasileiro sobre discriminação e preconceito nas críticas do correspondente e de suas fontes, além da eterna ameaça estrangeira à soberania nacional. Ao armar-se com as mesmas munições, os dois lados em conflito caem em armadilhas semelhantes:

Both the journalist and the president fell into a similar trap. One surrendered to stereotypes, an easy way to frame an unusual political leader of a nation that defied a foreign correspondent’s personal and Professional values. The other confused vague concepts of honor and patriotism that led to an ill-fated demonstration of press control in a country that is still in its democratic infancy.<sup>14</sup> (HERSCOVITZ, 2007, p. 168)

Com isso, é possível esboçar uma resposta para a questão inicial que concerne à origem dos atritos entre mídia e governos sobre o controle das visibilidades de temas.

---

<sup>14</sup> Tradução livre do autor: “Tanto o jornalista e o presidente caíram em uma armadilha semelhante. Um rendeu-se a estereótipos, um caminho fácil para enquadrar um líder político incomum de uma nação que desafiava os valores profissionais e pessoais do correspondente. O outro confundiu vagos conceitos de honra e patriotismo que levaram a uma demonstração malsucedida de controle da imprensa em um país que ainda está na infância de sua democracia.”



Para além do simples conflito de interesses, que envolvem objetivos e finalidades, a verdadeira questão envolve a ocupação de um lugar de *ordenamento* privilegiado – ou seja, um problema de legitimidade e princípios. As instituições oficiais dizem falar em nome do todo pelo bem comum, e para isso advogam o monopólio legítimo da violência, diria Webber: tanto *física*, no caso do governo que limita liberdades com prisões, multas e impostos, banimentos ou ações policiais; quanto *simbólica*, empregada no assassinato de reputações, na crítica e no ostracismo. Tanto o jornalismo quanto instituições governamentais advogam para si o direito de vigiar o bem público para evitar rupturas e desvios às normas acatadas coletivamente; em benefício da ordem social, são escamoteados seus interesses particulares. O atrito e a tensão só poderão cessar quando ambas as instâncias ordenadoras – tanto a mídia quanto o governo – reconhecerem o direito de compartilhar o mesmo espaço ordenador e vigilante, respeitando os limites do papel de quem legisla e executa a ordenação, e de quem a debate e vigia.

## Referências

ARENDDT, Hannah. “As esferas pública e privada”. In: **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária; Rio de Janeiro: Salamandra; São Paulo: Edusp, 1981. pp. 31-88.

BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais**. São Paulo: Hucitec, 2008.

BERABA, Marcelo. “O mau jornalismo e a liberdade de imprensa”. **Folha de S. Paulo**, 16/05/2004.

BUCCI, Eugênio. **Sobre ética e imprensa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Ed. Contexto, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987.

GOMES, Mayra Rodrigues. **Ética e jornalismo: uma cartografia dos valores**. São Paulo: Escrituras, 2002.

HERSCOVITZ, Heloiza Golbspan. “Lula vs. Larry Rohter: Misconceptions in international coverage”. **Brazilian Journalism Research**, Vol. 3, N. 1, 1º Semestre de 2007, pp. 155-171.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. Petrópolis (RJ): Vozes, 2007.

PAGANOTTI, Ivan. “A Expectativa do Inesperado: o encaixe de imagens brasileiras contraditórias nas páginas do New York Times”. In: COSTA, Rogério Luiz Moraes (org.). **Estudos Contemporâneos em Comunicações e Artes: melhores teses e dissertações da ECA/USP 2010**. São Paulo: ECA-USP, 2011. Disponível em: [http://www.pos.eca.usp.br/index.php?q=pt-br/ebook/expectativa\\_do\\_inesperado](http://www.pos.eca.usp.br/index.php?q=pt-br/ebook/expectativa_do_inesperado) [acessado em: 10/04/2012]

RIBEIRO, Gleisse. “O Supremo Tribunal Federal e o controle dos processos de extradição”. **Revista do Programa de Mestrado em Direito do UniCEUB**, Brasília, v. 2, n. 1, Janeiro-Junho/2005, p.261-279.

ROHTER, Larry. **Deu no New York Times**: o Brasil segundo a ótica de um repórter do jornal mais influente do mundo. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.